

Resumo

A busca por soluções não convencionais de fontes de financiamento e fomentadoras de projetos educativos pode ser realizada através da observação de projetos correntes ou já executados por outras instituições. Concorrer nunca significou garantia de obtenção de recursos, mas trata-se de uma oportunidade diversa das fontes de financiamento normalmente utilizadas. Certamente as universidades necessitam sair da inércia para garantir sua sustentabilidade e sobrevivência, mas antes disso necessitam fazer a lição de casa em diversos setores.

Palavras-chave: fomento de projetos educativos; fontes de financiamento; lição de casa para universidades; recursos educacionais sustentáveis

Introdução

Em muitas áreas relevantes Portugal tem tecnologia de ponta.
Por que não na aprendizagem mediada pelas tecnologias?

Neste artigo eu me concentro em analisar a busca de fontes de financiamento para projetos educativos via observação de congêneres e o principal desafio que atinge as instituições portuguesas de ensino superior diante da crise econômica que, ao contrário do que se pensa, não reside na falta de recursos financeiros, mas numa lição de casa.

O documento baseia-se nos resultados da investigação “Estratégias de implementação e desenvolvimento de um sistema de ensino aberto e a distância para a Universidade dos Açores”, financiada pelo Fundo Social Europeu. O objetivo principal desta investigação foi observar os recentes acontecimentos relacionados à provável mudança de paradigma na área educativa e propor à UAC a adoção de soluções que possam, ao mesmo tempo, corrigir implementações já efetuadas, atender às suas demandas internas e responder a estes novos desafios.

Podemos ter à disposição os meios tecnológicos mais modernos, recursos financeiros ilimitados e mesmo assim não produzir nada - ou alguma coisa com qualidade. Fazer menos com mais recursos qualquer um faz. Fazer mais com mais recursos, a maioria consegue fazer. Fazer menos com menos recursos é uma tarefa difícil. Mas o grande desafio que se apresenta às universidades portuguesas e, no caso específico, à Universidade dos Açores (UAC) é fazer mais com menos recursos.

R. Ribeiro (personal communication, September 10, 2012) recorda que em Portugal: “Passámos muitos anos a criar soluções para problemas que não existiam e que só consumiram recursos de forma inútil”.

As pessoas que não querem que as coisas mudem são aquelas que, por alguma razão, sentem que têm uma desvantagem com a mudança. Provavelmente mudanças mais efetivas só serão verificadas em Portugal através de mecanismos de pressão, derivados da conjuntura atual onde crise, redução de custos e restrições orçamentárias viraram palavras de ordem.

Ao mesmo tempo que a UAC sobrevive à custa do subfinanciamento do estado português e das verbas da UE (recursos públicos), pouco ou mesmo nada se percebe de retorno às comunidades, àqueles que através de seus impostos geraram estes recursos. Os tais “serviços comunitários” previstos na criação do Instituto Universitário dos Açores. E esta

observação se refere a serviços sem fins lucrativos, mas gratuitos. Afinal de contas, cobrar um produto e/ou serviço de quem sustenta a instituição e sem dar nada em troca não parece ser algo lógico, mas é o que efetivamente ocorre. Deveria haver uma contrapartida obrigatória, ações de extensão universitária, algo a ser oferecido gratuitamente às comunidades.

Aliado à crescente dependência que se cria em relação ao Governo Regional, com a consequente perda de autonomia académica e independência que este facto pode gerar, os recursos do Programa Operacional dos Açores para a Convergência dependem do FEDER que por sua vez são originários da UE, ou seja, permanecem sendo recursos públicos, relacionados a fundos estruturantes que além de não serem para sempre, deveriam ser direcionados para criar estruturas e não ao pagamento de salários e despesas de funcionamento, principais demandas da UAC.

Diante do quadro de dificuldades a instituição não se mostra sensível ou mesmo comprometida com a busca de soluções heterodoxas que, poderiam se constituir em opções de crescimento fora de suas instalações físicas. Desde o início da falência do Governo Republicano (com o advento das propinas através da lei nº 37/2003, de 22 de agosto), não foram identificadas outras fontes de recursos diversas do Governo Regional e ações da Fundação Gaspar Frutuoso. (<http://www.fgf.uac.pt/>)

A proliferação das fundações privadas de apoio às universidades públicas decorreu de uma estratégia de sobrevivência destas instituições que buscaram, dessa forma, um instrumento para ultrapassar (burlar) as limitações legais e assegurar recursos suficientes para sua manutenção e desenvolvimento. Ao mesmo tempo que tais instrumentos proporcionavam uma maior facilidade na gestão patrimonial, financeira e de recursos humanos também facilitavam as disfunções, como dispersar (desviar) os recursos recebidos sem a devida (correta) prestação de contas e proporcionar a docentes servidores públicos, em regime de tempo integral, a acumular funções docentes e não-docentes o que inclui cargos administrativos e trabalhos de assessoria e/ou consultoria, incompatíveis com o regime de dedicação exclusiva que deveria vedar a estes o exercício de qualquer outro cargo ou emprego público ou privado. Essa “autonomia às avessas” significou também um perigoso distanciamento das instituições do ambiente de controlo propiciado pela contabilidade pública e pelo trânsito dos recursos públicos. A extinção do regime de fundações para as universidades e a criação de um novo sistema de autonomia reforçada procura corrigir as distorções verificadas. (<http://expresso.sapo.pt/universidades-desconheciam-extincao-das-suas-fundacoes=f744419>)

A observação de projetos correntes e já executados em outras instituições, não apenas em território nacional, permite identificar diversas fontes de financiamento. Aliado às informações disponíveis na internet é possível montar (e depois manter) uma base de dados relevante que deve incluir detalhes significativos das convocatórias.

Durante sua investigação, Roth (2013) identificou algumas instituições:

- Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC): é o organismo público português com a missão de coordenar as políticas para a sociedade da informação e mobilizá-la através da promoção de atividades de divulgação, qualificação e investigação, promover o desenvolvimento tecnológico e a criação de conhecimento por entidades do sistema científico e tecnológico e por empresas, e estimular o desenvolvimento da e-Ciência. (<http://www.unic.pt/>)
- European Research Council (ERC): pode ser descrito como o análogo transnacional da FCT a nível da UE. Gere o Programa IDEIAS do 7º Programa Quadro Europeu que constitui uma oportunidade para os centros de I&D, Laboratórios Associados e Laboratórios de Estado, para melhorarem as condições de trabalho dos investigadores residentes ou para atrair para Portugal investigadores talentosos de todo o mundo, trazendo prestígio e fundos significativos para o desenvolvimento e internacionalização da ciência portuguesa. (<http://erc.europa.eu/>)

- **European Regional Development Fund (FEDER):** destina-se a reforçar a coesão económica e social na União Europeia através da correção dos desequilíbrios regionais. Resumidamente, o FEDER financia: ajudas diretas aos investimentos realizados nas empresas (PME), a fim de criar emprego duradouro; Infraestruturas ligadas, nomeadamente, à investigação e à inovação, às telecomunicações, ao ambiente, à energia e aos transportes; instrumentos financeiros (fundos de capital-risco, fundos de desenvolvimento local, etc.), a fim de apoiar o desenvolvimento regional e local e favorecer a cooperação entre as cidades e as regiões; medidas de assistência técnica. O FEDER pode intervir a título dos três novos objetivos da política regional: Convergência; Competitividade regional e emprego; e Cooperação territorial europeia. (http://ec.europa.eu/regional_policy/thefunds/regional/index_en.cfm)

- **European Social Fund (ESF):** o Programa Operacional do FSE para Portugal visa a antecipação dos desafios do país. Em resposta ao enfraquecimento da economia, ao envelhecimento da população e à subqualificação profissional, o financiamento do FSE concentra-se em medidas cruciais de implementação de melhorias. A formação e ensino são fundamentais, bem como as ações de combate à exclusão social e às desigualdades entre homens e mulheres. Com um PIB per capita inferior a 75 % da média da UE-25, a região dos Açores é elegível no âmbito do objetivo de convergência. (<http://ec.europa.eu/esf/home.jsp?langId=en>)

- **Fundação Calouste Gulbenkian (FCG):** promove, diretamente ou em parceria com outras entidades, um conjunto de programas e projetos nas suas quatro áreas estatutárias: arte, saúde e desenvolvimento humano (beneficência), educação e ciência. Contribuir para o desenvolvimento educativo em Portugal e para o debate sobre o progresso da educação no mundo, quer no quadro da Escola quer no âmbito da sociedade, são algumas linhas orientadoras da ação da Fundação no campo da Educação, área estatutária em que investe um pouco mais de um terço do seu orçamento anual. Além das inúmeras bolsas de estudo que atribui anualmente, a Fundação apoia projetos e atividades que privilegiem a formação ao longo da vida e a aquisição de novas aptidões e novos conhecimentos e que tornem mais efetivo o sistema de educação/formação. (<http://www.gulbenkian.pt/>)

- **Fundação EDP:** é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela EDP - Energias de Portugal. A constituição da Fundação EDP veio consolidar o compromisso do Grupo EDP com o imperativo de cidadania que tem assumido ao longo da sua existência, demonstrando uma preocupação de afirmação de modernidade e de reforço do apoio a causas relevantes. Particularmente vocacionada para o aprofundamento e divulgação dos temas da energia e do ambiente, a Fundação EDP patrocina e, cada vez mais, promove também iniciativas de carácter cultural, educativo e social. (<http://www.fundacao.edp.pt/>)

- **Fundação HC:** é uma entidade sem fins lucrativos, cujo fim é promover a realização de atividades em matéria cultural, docente, formativa, de investigação, de promoção desportiva, benéfica e outras semelhantes. (<http://www.hcenergia.com/>)

- **Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD):** é uma instituição portuguesa, privada e financeiramente autónoma. Tem por missão contribuir para o desenvolvimento económico e social de Portugal, através do apoio financeiro e estratégico a projetos inovadores e do incentivo à cooperação entre a sociedade civil portuguesa e americana. Apoia financeiramente programas destinados à internacionalização das instituições portuguesas e possui um programa especial para os Açores. O Programa de Mobilidade Antero de Quental é realizado pela Universidade dos Açores em parceria com um consórcio de universidades americanas sediadas em regiões onde existem importantes comunidades portuguesas, designadamente a Universidade de Berkeley, Universidade de Brown, Universidade de Massachusetts-Amherst, Universidade de Massachusetts-Dartmouth e Bristol Community College. O acordo visa promover o intercâmbio de professores e estudantes entre as universidades signatárias. (<http://www.flad.pt/>)

- **Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT):** promove continuamente o avanço do

conhecimento científico e tecnológico em Portugal, explorando oportunidades que se revelem em todos os domínios científicos e tecnológicos a fim de atingir os mais elevados padrões internacionais de criação de conhecimento, e estimular a sua difusão e contribuição para a melhoria da educação, da saúde e do ambiente, para a qualidade de vida e o bem-estar do público em geral. Esta missão concretiza-se principalmente através da concessão de financiamentos na sequência de avaliação de mérito de propostas de instituições, equipas de investigação e indivíduos apresentadas em concursos públicos, e também através de acordos de cooperação e outras formas de apoio em parceria com universidades e outras instituições públicas e privadas, em Portugal e no estrangeiro. (<http://www.fct.pt/>)

- Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN): é uma instituição privada sem fins lucrativos designada de utilidade pública que tem contribuído para a expansão da Internet em Portugal com o apoio das Universidades e de diversas instituições de I&D nacionais. A principal atividade da FCCN é o planeamento, gestão e operação da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), uma rede de alto desempenho para instituições com maiores requisitos de comunicações, constituindo-se assim uma plataforma de experimentação para aplicações e serviços avançados de comunicações. Para além da gestão da RCTS, a FCCN é a entidade responsável pela gestão do serviço de registo de domínios .pt e presta serviços orientados preferencialmente à sua comunidade e está envolvida em projetos nacionais e internacionais na sua área de atividade. (<http://www.fccn.pt/>)

- Fundação Portugal-África: tem apoiado diversas iniciativas. Esses apoios podem ser categorizados em: colóquios e seminários, dinamização social, exposições, formação, iniciativas e publicações. A atividade da Fundação assenta, neste momento, em sete projetos que cobrem áreas diversificadas de intervenção, dentre eles a cultura e educação. Nesta área estão previstos apoios no âmbito da conceção de programas e materiais didáticos bem como na formação de professores em Moçambique. (<http://www.fportugalafrica.pt/>)

- Fundação Vodafone Portugal: é uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e fundos próprios, constituída para incentivar o desenvolvimento da Sociedade da Informação e combater a infoexclusão. Na área da investigação científica e tecnológica tem apoiado cursos de pós-graduação e a criação de infraestruturas de instituições do ensino superior, designadamente: Madan Park (criação de um Laboratório de Tecnologia Multimédia e Telecomunicações no campus da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa); Fundação da Universidade Católica; Pós-Graduação do Instituto Superior Técnico; Pós-Graduação do Instituto Superior de Economia e Gestão; Pós-Graduação do Instituto Jurídico da Comunicação, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Nos Açores, a Fundação Vodafone Portugal apoiou a instalação de várias estações GPS nas ilhas do grupo central, numa iniciativa da Universidade da Beira Interior que tem por objetivo estudar e quantificar os riscos naturais decorrentes de processos geodinâmicos. (<http://www.fundacaovodafone.pt/>)

- Fundo Regional para a Ciência (FRC): é um organismo de coordenação e de gestão no âmbito dos recursos financeiros disponibilizados para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico na Região Autónoma dos Açores (RAA). (<http://frct.azores.gov.pt/>)

- Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT (GPPQ): foi criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) com o objetivo de promover e apoiar a participação das comunidades científica e empresarial nacionais no 7º Programa-Quadro. O GPPQ faz a ligação entre os investigadores e empresas portuguesas e o 7º PQ, através da coordenação mútua dos Delegados aos Comitês, dos representantes nas Plataformas Tecnológicas e nas Iniciativas Tecnológicas conjuntas (JTI), e da Rede de Pontos de Contacto Nacional (NCP). Esta rede foi criada para: difundir informação e documentação sobre o FP7; organizar atividades de promoção do FP7 (info-days, seminários, conferências); apoiar a preparação e submissão de candidaturas ao FP7; identificar parceiros estratégicos nacionais

e de outros países para colaboração em projetos do FP7 (partner search). (http://www.gppq.mctes.pt/_7pq/)

- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD): tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na sua execução. Entre outras atribuições, elabora os Planos Indicativos de Cooperação (PIC), principais instrumentos base de ação; promove a execução dos diversos programas e projetos e prepara relatórios semestrais; assegura a articulação com as autoridades dos países beneficiários; emite parecer prévio vinculativo sobre os projetos propostos por outras entidades; convoca a Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC) e assegura a representação e a participação do Estado Português nas organizações internacionais relacionadas com a cooperação e a ajuda pública ao desenvolvimento, em particular na União Europeia, na OCDE/CAD e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sem prejuízo das competências das representações setoriais especializadas. Estas organizações podem apresentar candidaturas para financiamento de projetos de Cooperação para o Desenvolvimento (incluem os PALOP e Timor-Leste), e durante o segundo semestre de cada ano civil para projetos de Educação para o Desenvolvimento. (<http://www.ipad.mne.gov.pt/>)

- Proconvergência - Programa Operacional da RAA (FEDER): o Programa Operacional dos Açores para a Convergência enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política regional da União Europeia, sendo participado pelo fundo estrutural FEDER. O Proconvergência foi preparado sintetizando as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das Orientações Estratégicas da Comunidade e do Quadro de Referência Estratégico Nacional. A estratégia definida assenta em grandes prioridades estratégicas que estruturam a programação, com intervenção, respetivamente, no âmbito da economia, dos recursos humanos e da valorização do território. Está contemplado também um eixo prioritário que engloba a programação da dotação específica atribuída no âmbito dos apoios para compensação dos sobrecustos nas Regiões Ultraperiféricas. (<http://www.proconvergencia.azores.gov.pt/>)

- Pro-Emprego - Programa Operacional da RAA (FSE): este programa, financiado pelo Fundo Social Europeu para os Açores (2007-2013), assenta numa diversidade acrescida de objetivos e tipologias de projeto, que é fundamentada não só pela inclusão de dois objetivos gerais: apoiar a estruturação do sistema de ciência e tecnologia e criar condições para a sua crescente aproximação ao tecido empresarial; e fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis a partir da promoção das suas condições de inclusão social. Também aposta em uma maior diversificação de tipologias de projeto orientadas para a melhoria das condições de empregabilidade, inserindo a componente da educação a todos os níveis. (<http://proemprego.azores.gov.pt/>)

- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN): assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. A prossecução deste grande desígnio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos constrangimentos à consolidação de uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os fatores de competitividade da economia e a valorização do território: Agenda Operacional para o Potencial Humano, Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade; e Agenda Operacional para a Valorização do Território. (<http://www.qren.pt/>)

- The Seventh Framework Programme (FP7): o Sétimo Programa Quadro de I&DT (2007-2013) financiado pela Comissão Europeia, tem como principal objetivo aumentar o potencial do crescimento económico e reforçar a competitividade europeia através de um investimento ambicioso no conhecimento, inovação e no capital humano. É a oportunidade para a UE colocar a sua política de investigação à altura das suas ambições económicas e sociais através da consolidação do Espaço Europeu da Investigação (EEI). O Sétimo Programa Quadro está organizado em quatro principais programas (Cooperação, Ideias, Pessoas e Capacidades). (<http://cordis.europa.eu/fp7/>)

- Visegrad Fund: o Fundo Internacional de Visegrad foi criado pelo grupo de Visegrad (V4), uma aliança entre quatro países da Europa Central (Hungria, Polónia, República Checa e Eslováquia) para fins de cooperação. Visa facilitar e promover o desenvolvimento de uma cooperação mais estreita entre os cidadãos e instituições da região, bem como entre a região V4 e outros países, especialmente os Balcãs Ocidentais e os países da Parceria Oriental. O Fundo faz isso por meio de apoio financeiro de projetos comuns culturais, científicos e educacionais, intercâmbios de jovens, projetos transfronteiriços e promoção do turismo, e através de programas de mobilidade individual (bolsas de estudo, residências). (<http://visegradfund.org/>)

O documento argumenta que os reflexos do imobilismo da UAC são percebidos diante das dificuldades de articulação para participar de chamadas como a FP7-INFRASTRUCTURES que poderiam permitir a obtenção de um backbone de alta velocidade, entre todas as ilhas, conectado à rede GÉAN. Competir nunca significou garantia de obtenção de recursos, mas trata-se de uma oportunidade de acesso a diferentes fontes de financiamento daquelas normalmente utilizadas. Não se ganha em nenhuma lotaria sem jogar.

Marquis (2012) reconhece que isso não quer dizer, entretanto, que a situação é sem esperança. Sugere que a saída está em uma solução inovadora e aponta algumas alternativas que já estão em funcionamento ou estão em processo para oferecer uma solução sustentável. O espectro de possibilidades pode então ser expandido tendo como ponto de partida os vários modelos de financiamento sugeridos por Downes (2006): dotação, associação, doações, conversão, pago, patrocínio, institucional, governamental, baseado em parcerias e trocas; aulas de projetos Free/Libre/Open Source Software (FLOSS), as novas redes sociais de financiamento coletivo (transfunding), captação coletiva de recursos (cofundraising), programas de passageiro frequente, programas de cliente, programas de milhagem, programas de fidelidade, programas de recompensas e reconhecimento; e o trabalho de Anderson (2010).

Concluo sugerindo que certamente as universidades portuguesas necessitam sair da inércia para garantir sua sustentabilidade e sobrevivência, mas antes disso necessitam fazer a lição de casa em diversos setores o que inclui a falta de gestores profissionais com formação em gestão, o combate ao incentivo nacional à ganância em detrimento da poupança (recursos devem ser totalmente consumidos no orçamento do mesmo ano) e a falta de um gabinete de crise, ou seja, uma equipa centrada na solução de problemas e apoio a novos projetos...

Referencias

Anderson, C. (2010). Free: The future of a radical price. New York: Hyperion. ISBN 978-1-4013-2290-8, Retrieved March 21, 2013, from <http://archive.org/details/FreeTheFutureOfARadicalPrice> 1393.

Downes, S. (2006). Models for sustainable Open Educational Resources. National Research Council Canada, Retrieved March 19, 2013, from <http://ijklo.org/Volume3/IJKLOv3p029-044Downes.pdf>

Marquis, J. W. (2012). Imagining a Sustainable Model of Higher Education, Retrieved March 20, 2013, from <http://www.onlineuniversities.com/blog/2012/01/imagining-a-sustainable-model-of-higher-education/>

Roth, R. (2013). Implementation Strategies and Development of an Open and Distance Education System for the University of the Azores. ESF/EC. Ponta Delgada: UAC. Retrieved October 18, 2013, from <http://hdl.handle.net/10400.3/2327>